

***Diário de Lisboa monthly* or the four forgotten editions of 1933**

***Diário de Lisboa mensal* ou as quatro edições esquecidas de 1933**

João Figueira*

*  CEIS20/UC (jotajotafigueira@gmail.com)

Abstract

In May 1933, at the beginning of the dictatorial Estado Novo regime (1933-1974), the Portuguese newspaper *Diário de Lisboa* (1921-1990) launched a monthly edition. Initially ambitious, the new journalistic project only ran for four issues. From re-reading this editorial experience, of which there is no study or analysis, we realise that the newspaper's editorial profile and political stance was one of unequivocal support for Salazar, to the regime and its colonial policy. At the same time, it maintained a highly critical stance towards Italian fascism and emerging Nazism.

Keywords: *Diário de Lisboa monthly*; *press*; Estado Novo; *Dictatorship*

Resumo

O jornal português *Diário de Lisboa* (1921-1990) lançou, em maio de 1933, no início do regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974), uma edição mensal. Inicialmente ambicioso, o novo projeto jornalístico apenas teve quatro números. Da releitura dessa experiência editorial, de que não existe qualquer estudo ou análise, percebemos que o seu perfil editorial e posicionamento político do jornal é de apoio inequívoco a Salazar, ao regime e sua política colonial. Paralelamente mantém uma posição muito crítica face ao fascismo italiano e ao nazismo emergente.

Palavras-chave: *Diário de Lisboa mensal*; imprensa; Estado Novo; Ditadura.

Um novo jornal no ano de todos os perigos

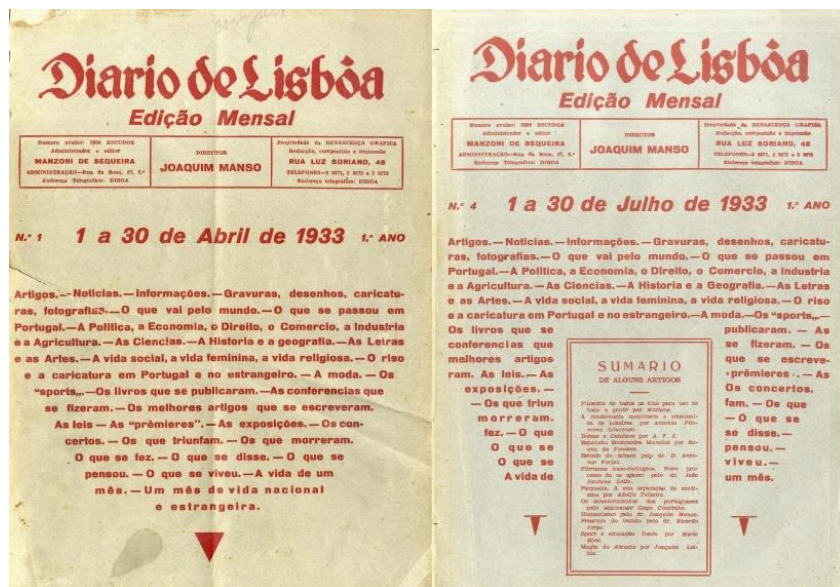
Entre maio e agosto de 1933, o *Diário de Lisboa* publica todos os dias 10 de cada mês (exceção feita ao primeiro número que saiu a 15 de maio¹) uma edição mensal de 32 páginas (Fig. 1).

Trata-se de um projeto jornalístico novo, em cujo editorial com o título de "Abertura", se proclama que a publicação deseja ser "o secretário do leitor", em "tempos apressados e de levante em que os acontecimentos se sucedem".

¹ Embora o jornal apresente nas suas páginas o dia 10 de cada um dos meses referidos como data de publicação, uma pesquisa pelas edições diárias do *DL* mostra, através da presença de curtos textos noticiando a chegada às bancas do mensário, que a sua edição nunca saiu, à exceção do 1º número, na data anunciada: em junho foi posto à venda no dia 12, e em julho e agosto, no dia 14.

A explicação para a criação do novo título era ainda reforçada, com o argumento de que “não havia entre nós um jornal retrospectivo² e de síntese em que rapidamente a vida se pudesse inventariar” (DL mensal, 1933, nº1, p.1).

Fig. 1: Capas do primeiro e último *DL mensal*



Fonte: Acervo on-line da Hemeroteca Municipal de Lisboa

Esta nova publicação mensal pertence à mesma empresa (Renascença Gráfica) que quotidianamente edita, desde 1921, o *Diário de Lisboa* vespertino, que Joaquim Manso fundara em pleno período de uma greve de quatro meses dos tipógrafos,³ a quem ofereceu “a concessão de uma folga semanal e um salário mais elevado” (Lobo, 2022, p. 13), como forma de viabilizar a sua publicação.

A fundação do *DL*, em 1921, marcaria, aliás, como referem Correia e Baptista (2007), em diálogo com Jacinto Baptista, o “início em Portugal de um novo jornalismo, a que a instauração da Censura viria a pôr termo (p. 22).

O jornal, que vai durar até 1990, será um marco na história da imprensa portuguesa e terá um papel determinante na luta pela liberdade de escrita e de pensamento, durante a ditadura. O que significa que foi um periódico que fez, nas limitadas condições existentes, a oposição possível durante o período ditatorial do Estado Novo (1933-1974). Porém, nesse ano de 1933, a sua edição mensal não espelha qualquer distanciamento face à ditadura, que anos mais tarde vai ser evidente na versão diária, mas que até esta, na fase inicial do período ditatorial, não só olhara com alguma expectativa o golpe militar de 28 de maio de 1926 (que poria fim à I República e daria início à ditadura militar) como, sobretudo, apoiava a política do regime, incluindo a sua visão colonial (Tengarrinha, 2006).

² O artigo respeita a grafia original dos textos publicados no jornal, não procedendo nunca a qualquer atualização ou emenda das palavras usadas nas edições do *DL mensal*.

³ Diversas profissões ligadas à imprensa, sobretudo tipógrafos, estiveram em greve entre 17 de janeiro e 13 de maio, em luta por melhores salários e condições de trabalho.

Cada número, com um total de 32 páginas em formato A4, recuperava os principais acontecimentos, sobretudo políticos, ocorrido no mês anterior. A meio do jornal (entre as páginas 16 e 17) havia um destacável de quatro páginas⁴ em papel *couché* especialmente vocacionado para mostrar imagens dos principais eventos ocorridos, apoiados por curtos textos que mais não eram que as legendas das fotos publicadas. O preço de capa de cada exemplar (2\$50) era quase 10 vezes o custo da edição diária do jornal (30 centavos).

Curiosas coincidências marcam o nascimento deste *DL mensal*: em abril de 1933 entra em vigor a Constituição que substitui a de 1911 — na prática deixara de se aplicar desde o golpe militar de 1926 — que vai dar corpo e substância ao Estado Novo; é também sobre esse mesmo mês que a nova publicação vai dedicar as suas páginas, dando o devido espaço e atenção à nova lei da censura (p.23) e à nova Constituição (pp. 6-7); e é também em 1933 (30 de janeiro) que Hitler é nomeado chanceler da Alemanha, o que constituirá pretexto para um apreciável número de caricaturas ridicularizando a sua figura e o seu partido, em todas as quatro edições do *DL mensal*.

Difícilmente se imaginaria, no entanto, ao ler a proclamação de intenções do primeiro número, que esta experiência jornalística pouco passaria, afinal, de uma curta aventura. Os pressupostos então explicitados no referido editorial, pareciam estar suportados numa realidade sócio-cultural e numa necessidade de informação capazes de garantir a longevidade e sucesso do novo projeto. De tal modo que a edição diária do *DL* de 14 de julho, numa curta notícia em que anuncia a chegada às bancas, naquele dia, o número 3 do mensário, fala de “mais um belo êxito da publicação cuja falta há muito se fazia sentir no nosso país” (DL, 1933, 14 julho, p. 4).

Nessa altura já se referia a pressa quotidiana das pessoas (da cidade e em especial de Lisboa) e o tempo que precisavam de dedicar ao seu trabalho diário, como fatores de alheamento e de dispersão face aos acontecimentos que iam marcando o país e o mundo, e que desejavelmente não deveriam passar despercebidos:

as criaturas mal tendo tempo para se desensimesmarem da sua luta pela vida, perdem o contacto com o seu mundo exterior ou o restringem a um âmbito cada vez mais estreito e confinado (DL mensal, 1933, nº1, p. 1).

Lida à distância de quase um século, esta observação revela a curiosidade de se manifestar já a existência de uma dinâmica social urbana incapaz de acompanhar o manancial de informação diária, observação esta que ganha contornos especiais, quando se sabia (e sentia) que todas as novidades e notícias estavam sujeitas ao policiamento do espírito, expressão que Salazar havia referido nas célebres entrevistas de 1932, a António Ferro, em defesa das virtualidades da censura (Ferro, 1933), num país que à época, segundo dados oficiais, tinha “62% de analfabetos” (Nóvoa, 2005, p. 59).

Mesmo assim, o *DL mensal* entendia que fazia falta um jornal “retrospectivo e de síntese em que rapidamente a vida se pudesse inventariar para estar em dia com o que vai pelo mundo”, como esclarecia

⁴As centrais deste destacável tinham sempre a designação de “O mês gráfico nacional”, que privilegiava a vida política do país, mas em que temas como as artes ou as ciências, por norma na última dessas 4 páginas, também marcavam presença. Com estas quatro páginas, não numeradas, o total da publicação era de 36 páginas. Ao escrevermos que o jornal tinha 32, referimo-nos, portanto, às páginas numeradas.

a nota de “Abertura” da primeira edição, na qual se dava ainda conta de outra curiosa particularidade: a de que até “a bisbilhotice universal” cabia nas suas páginas (DL mensal, 1933, nº1, p.1).

Apesar desse propósito pouco jornalístico, o *DL mensal* afirmava-se, com prudência, “neutral e imparcial em matéria de política e de religião”, assumindo, como atualmente a generalidade dos média proclama, “servir o público”. Neste contexto, o mensário comprometia-se com o objetivo de ser “um elemento de estudo e de trabalho que busque tudo e tudo informe, devidamente arrumado e sem exageros de palavras ou de espaço descrito” (DL mensal, 1933, nº1, p.1).

Estas palavras revelam que o novo mensário conhecia bem o contexto político da época e, sobretudo, as limitações à liberdade de expressão e de imprensa. Todos os jornais e revistas eram obrigados a exibir a célebre frase “este número foi visado pela comissão de censura”.

Portugal vivia, então, sob uma curiosa cobertura jurídica que ora consignava, à luz do artº 8º da Constituição de 1933, “a liberdade de pensamento sob qualquer forma”, ora estipulava de acordo com o artº 3º do Decreto-Lei 22.469 publicado no mesmo 11 de abril que viu nascer o texto constitucional do Estado Novo, que a presença e função da censura visava “impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social”. Por esse motivo, acrescentava a mesma lei, a censura “deverá ser exercida por forma a defender” a opinião pública “de todos os fatores que a desorientam contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade”.

O artº 2º do mesmo Decreto explicitava, por seu lado, que “continuam sujeitas a censura prévia as publicações periódicas definidas na lei de Imprensa, e bem assim as folhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de caráter político ou social”. O *DL mensal* estava, pois, obrigado ao cumprimento rigoroso desta Lei, que controlava tudo o que era publicado, embora não interferisse, então, sobre o tom e o grau mais apologético e elogioso que cada órgão decidisse dar aos textos que visavam a ação do regime e das suas principais figuras, especialmente Salazar.

Por razões nunca esclarecidas, esta experiência mensal terminou ao quarto número, sem que do seu fim fosse dada qualquer nota ou, até, uma simples explicação na edição diária do jornal — a qual, aliás, se limitou apenas a publicar curtas notícias, no dia de publicação do mensário⁵.

O presente artigo visa, assim, acrescentar novos elementos à análise e debate da imprensa portuguesa no período inicial do Estado Novo, através da revisitação a essa publicação esquecida e sobre a qual desconhecemos a existência de qualquer estudo ou abordagem, à exceção da breve nota que Pedro T. Mesquita escreveu para a Hemeroteca de Lisboa, em dezembro de 2014⁶. Relendo os quatro números editados no distante ano de 1933, coincidentes com o início do Estado Novo, é objetivo do presente trabalho:

⁵ As edições diárias de 10 de junho e de 12 de julho noticiaram a publicação do mensário nesses dias; como tal não se tivesse concretizado, voltaram a noticiar, dois dias depois e em ambos os meses, a chegada às bancas do DL mensal, a 12 e a 14 daqueles meses. Na edição de 15 maio a 1ª página da edição diária inseriu uma imagem com a capa do mensário, que era também publicado naquele dia.

⁶ https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/DiariodeLisboa_edmensal.pdf, consultado em 7 de junho de 2024, é a única referência que conhecemos sobre a edição mensal do DL. De resto, até a obra de Cláudia Lobo, publicada em 2022, sobre o *Essencial da história do DL*, não faz qualquer menção a esta experiência editorial, e o dicionário dos *jornais diários portugueses*, de Mário Matos e Lemos, limita o assunto a uma curta frase: “em abril de 1933, começou a ser publicada uma edição mensal, organizada por Albino Forjaz Sampaio e que durou apenas até junho do mesmo ano” (Lemos, 2006:258). Mesmo assim, há nesta informação duas imprecisões: a referida edição mensal, comprovada pelos originais que analisamos, terminou com o número dedicado a julho (publicado a 10 de agosto) e o 1º número, sobre acontecimentos ocorridos no mês de abril, foi publicado a 15 de maio.

1) mapear as áreas temáticas que constituíram o escopo de trabalho do mensário, de forma a obter as linhas gerais das suas opções informativas; 2) Observar o posicionamento do jornal face ao nazismo emergente e qual o relevo dado à informação internacional; 3) perceber o posicionamento editorial do mensário face à ditadura, identificando o modo como o jornal noticiava os atos oficiais do regime e o protagonismo que lhes dava, em especial ao ditador Salazar; 4) verificar se os objetivos enunciados no editorial do 1º número foram concretizados.

Para o efeito, além da descrição das áreas editoriais do jornal, usaremos um método quantitativo (número de publicações por tema e respetivo espaço dado em cada secção do jornal) e qualificativo, com base na análise crítica do discurso (Van Dijk, 2005, 2011; Pedro 1997a, 1997b) dos conteúdos diretamente referentes à atividade do governo e aos cartoons sobre política internacional, de modo apurar-se o posicionamento editorial do *DL mensal* face ao regime, tendo em conta os seguintes elementos:

1. reprodução — integral ou parcial — dos discursos oficiais;
2. mera sinalização do acontecimento (intervenção pública de um governante ou qualquer ato oficial) sem lhe atribuir grande relevância noticiosa;
3. Protagonismo noticioso que lhe deu;
4. atitude editorial diante do nazismo emergente (adesão ou distanciamento crítico), com base no conteúdo e quantidade dos cartoons publicados e respetivos conteúdos noticiosos.

Embora cientes do quadro político vigente — e das condições objetivas de produção e receção textual (Kress, 1988 apud Pedro, 1997a), ou seja, noticiosa — onde o papel repressivo da censura limita a liberdade de escrita da imprensa, esta dispõe, todavia, dentro das limitações impostas pela ditadura, da possibilidade de se revelar mais ou menos distanciada (entusiasta) face às políticas do regime ou, pelo contrário, os seus conteúdos noticiosos mostrarem uma identificação com esse mesmo poder autoritário.

Com base na relação entre discurso e poder conceitualizado por Van Dijk (2005; 2011) e na legitimação que o discurso mediático confere ao exercício desse mesmo poder, entendemos que “as escolhas textuais, feitas pelo produtor textual, são simultaneamente escolhas ideacionais e interpessoais que expressam opções ideológicas particulares” (Pedro, 1997b, p. 306).

É neste contexto que a veiculação, pelo jornal, das “normas e valores” (Van Dijk, 2011, p. 395) transmitidos por dirigentes do regime e ampliados pelas suas páginas, “através de vários dispositivos de proeminência: os títulos ou parágrafos iniciais em textos jornalísticos” (Van Dijk, 2005, p. 161), permitem perceber o posicionamento editorial do respetivo órgão de comunicação.

Neste sentido, o jornal tem a possibilidade de escolher o respetivo enfoque e a relevância noticiosa do evento em causa, a partir do qual “os leitores formam um modelo do acontecimento noticiado” (Van Dijk, 2005, p. 79). O “significado preferencial” assim construído, na expressão de Van Dijk (2005, p. 79), além de estar em linha com a visão das elites, se tiver sido a perspetiva destas a ser posta em realce, corresponde, no caso de traduzir o pensamento e ação do Estado Novo pelo *DL mensal*, ao reforço, normalização e legitimação do regime ditatorial e do seu poder.

São precisamente esses objetivos e as respostas a essas questões que se procura conseguir com este artigo, observando o espaço (destaque) das matérias em causa, a proeminência noticiosa dada às políticas e aos políticos do regime, e o “significado preferencial” dos textos jornalísticos, na perspetiva do seu alinhamento ou sujeição textual ao discurso do respetivo enunciador.

A censura nos alvares do Estado Novo

Menos de um mês após o golpe militar de 28 de maio de 1926, a censura volta a instalar-se em Portugal. Um ofício do segundo-comandante da polícia de Lisboa, capitão Aníbal de Azevedo dirigido, a 22 de junho, aos diretores dos jornais da capital, anunciava-lhes a entrada em vigor da nova medida, “não sendo permitida a saída de qualquer jornal sem que quatro exemplares do mesmo fossem presentes no Comando da Guarda Nacional Republicana, para aquele fim” (Barros, 2022, p. 26). Como tal decisão marcava o fim de um período de liberdade inaugurado em 1910, “os jornais imprimiram uma faixa lutuosa” com a seguinte mensagem: “<<este número foi visado pela Comissão de Censura>>” (Príncipe, 1979, p.23).

Claro que as dissensões políticas da época, à semelhança do que sucedera uma década antes, quando em 1916 foi aprovada uma lei de censura prévia, suscitaram as mais aceras discussões e posições. Ao contrário, porém, do que sucedera durante o período de participação de Portugal na I Guerra, em que era permitido que os jornais saíssem com espaços em branco, assinalando, dessa forma, a retirada de uma notícia censurada, a decisão tomada em 1926 proibia essa prática.

Tal interdição, “além de constituir uma novidade formal que permitia rodear a prática censória de maior secretismo, impossibilitando a fiscalização, mesmo que indireta, dos cortes realizados, também introduziu no campo político um imponderável instrumento político (Barros, 2022, p. 26).

O quadro político que emerge com o golpe militar de 28 de maio está longe, no entanto, de ser pacífico. As várias fações que o apoiaram têm ideias diversas para o país e essa diversidade acaba também por se refletir no seu relacionamento com a imprensa e a censura. Tais indefinições ou divergências refletem-se, poucos dias depois da introdução da censura prévia, através do decreto nº11839, de 5 de julho, que assegurava no seu número um que não era necessária autorização prévia para os jornais publicarem as suas notícias; porém, esse mesmo decreto teria de ser compaginado com a circular nº 21 que dias antes, 1 de julho, o ministério da guerra publicara e na qual se estipulavam as regras de funcionamento da censura prévia.

Inesperadamente, as dissensões políticas que não estavam resolvidas, sobretudo entre republicanos conservadores e monárquicos da direita radical, levaram a que no dia seguinte à promulgação do referido decreto a censura fosse suspensa pelo presidente do ministério, Gomes da Costa, indiferente às críticas e oposição de militares conservadores, como Óscar Carmona e Sinel de Cordes.

O controle da censura, que desde o início foi “alvo de disputa entre as várias fações que apoiavam a ditadura militar” (Barros, 2002, p. 32), já não estava, todavia, sob a alçada do chefe de governo, cujo peso político começara a fragilizar-se. A 9 de julho é preso pelo grupo liderado por Sinel de Cordes e imediatamente deportado para os Açores. No dia seguinte regressa a censura, que vai manter-se, como um dos pilares do regime, até 25 de abril de 1974.

Nos anos que antecedem o Estado Novo ela representou “um instrumento político na luta surda travada no interior da ditadura” (Barros, 2022, p. 41), que episodicamente conheceria momentos de breve abrandamento (maio de 1929), quando os jornais ficaram dispensados de enviar à censura textos não possuidores de matérias potencialmente censuráveis, numa altura em que cabia aos governos civis e autoridades locais, “seguindo critérios avulsos e observando um flutuante rigor, aos sabor das circunstâncias políticas” (Barros, 2022, p. 40) o papel de censores.

A Constituição de 1933, que formalmente consagra o início do Estado Novo, vai consubstanciar esse regime de vigilância à imprensa, através de um decreto publicado no mesmo dia do texto constitucional. O país voltava, assim, a um regime de limitação da liberdade de expressão e de informação, que conheceu ao longo dos anos avanços e recuos.

Na verdade, desde o decreto de 12 de julho de 1821, que instituiu a liberdade de imprensa, esta foi sendo interrompida ao longo dos anos. Com a Vila-Francada (1823- 1826), a chamada *Lei das rolhas* (1850), a Lei de João Franco (1890), entre outros períodos situados na monarquia constitucional e, posteriormente, durante a I Grande Guerra e o governo de Sidónio Pais, em que houve limitações à livre informação, Portugal possuía, com efeito, um historial apreciável de repressão, ataques às sedes de jornais e censura (Matos & Moreira, 2022; Cabrera, 2022; Franco, 1993; Carvalho, 2024). Em rigor, mesmo com o fim da censura militar após terminada a Grande Guerra (1914-1918), “os jornais e as revistas continuaram a enfrentar as mais diversas dificuldades para a sua regular publicação” (Matos & Moreira, 2022, p. 265), através das mais diversas ameaças e “intervensões violentas das autoridades irregulares da República” (Matos & Moreira, 2022, p. 265).

A partir da 1933, com a institucionalização do Estado Novo, “a censura é um organismo do Estado, criada para vigiar, controlar e intimidar a imprensa e os jornalistas” (Cabrera, 2022, p. 274), num processo de total vigilância e controle sobre o setor, que incluía a obrigatoriedade de os diretores dos jornais terem de ser aprovados pelos serviços de censura, após verificação de que eram pessoas “fiéis aos princípios do Estado Novo” (Cabrera, 2022, p. 274).

Ao controle direto sobre os jornais através da censura que, no essencial, limitava a atividade jornalística, o Estado Novo exerceu ainda um “contrôle sobre as organizações de classe dos jornalistas” (Veríssimo, 2003, p. 11). É neste contexto que em 1934 vai nascer o Sindicato Nacional dos Jornalistas — após extinção do sindicato dos profissionais de imprensa de Lisboa —, cujo requerimento para a sua constituição “é assinado por uma elite de jornalistas afetos ao Estado Novo, de entre os quais se destaca António Ferro” (Veríssimo, 2003, p. 12). Este, que é a figura central da “política do espírito” da ditadura e que à frente do Secretariado Nacional de Propaganda vai liderar a política cultural e de informação do país, é ao mesmo tempo o presidente do sindicato dos jornalistas “durante os dois primeiros mandatos, entre 19 de dezembro de 1934 e 11 de março de 1937” (Veríssimo, 2003, p. 12).

O processo de aperfeiçoamento dos serviços de censura antecede, todavia, o momento da ascensão de Salazar à chefia do Governo. Antes ainda da sua nomeação para a presidência do conselho, estava já “em marcha a desarticulação das práticas jornalísticas liberais”, em cujo quadro de ação a censura era um ator central com vista a proporcionar e fomentar “a afirmação no espaço público de uma narrativa política alternativa, nacionalista autoritária e antiliberal” (Barros, 2022, p. 63).

Em julho de 1932, o diretor e fundador do *Diário de Lisboa*, Joaquim Manso, juntara a sua assinatura às dos diretores do *Diário de Notícias* e *O Século* que, em carta enviada ao ministro do Interior, defendiam “a necessidade de se modificarem os processos seguidos” pelos serviços de censura, tutelados por aquele governante, por entenderem que ela era arbitrária e, sobretudo, contrária, “já não dizemos à liberdade de pensamento, que ela não pode reconhecer, mas anti-patriótica por forçar ao silêncio órgãos de expressão da vontade popular” (Lobo, 2022, pp. 37-38).

Esta ideia de controlar o que se podia publicar passou, também, a incidir sobre o que era imperioso publicar-se. Depois da circular de abril de 1929 enviada aos jornais, na qual estes eram sensibilizados a evitar

descrições detalhadas sobre o que então se chamava de crime passional (Lemos, 2006), a partir de dezembro de 1930 “passa a ser obrigatória a publicação das notas oficiais dos ministérios, que teriam de as enviar para os jornais apenas com a nota «publique-se em tal página». O jornal que não o fizesse seria suspenso por oito dias” (Lobo, 2021. p. 37). A 28 de agosto do ano seguinte é emanada pela direção geral dos serviços de censura uma “circular urgente” dirigida a todas as suas delegações e aos jornais. Nela se dizia que a censura, instituída pelo governo da ditadura com a finalidade de evitar que a imprensa fosse utilizada como arma política contra o programa de reconstrução nacional (Carvalho & Cardoso, 1971) deveria “«construir» opinião favorável ao regime” (Tengarrinha, 2017, p. 382).

Para Tengarrinha, “esta transição da fase defensiva para a fase ofensiva só foi possível desde que o poder se apetrechou com maior segurança ideológica e objetivos políticos mais bem definidos” (2017, p. 383). Tal foi sendo aprofundado ao longo do ano de 1932, primeiro através da divisão dos jornais segundo uma tipologia que comportava três categorias: os apoiantes da situação; os que se lhe opunham; e os indiferentes. Em segundo lugar, a circular de 23 de dezembro que dava conta do novo organograma relativo à reorganização dos serviços de censura, torna evidente o papel central da direção geral dos serviços de censura, enquanto órgão repressor do estado (Melo & Dias, 2022).

A implementação e fortalecimento da censura à imprensa, em Portugal, obedece, assim, a um processo de maturação prolongado no tempo, distanciando-se, também nesse aspeto, das práticas de controle introduzidas pelo fascismo italiano e pela Alemanha nazi que preferiram a rapidez e eficácia das purgas de todos quantos não fossem da sua confiança.

Nascimento e afirmação do DL

Quando a sete de abril de 1921 o *Diário de Lisboa* iniciou a sua circulação, Portugal vivia num clima político intenso e agreste: a “noite sangrenta” em que foram assassinados António Granjo, Carlos da Maia e Machado Santos teria lugar poucos meses depois, em outubro. Como consequência, “o governo na altura presidido pelo coronel Manuel Maria Coelho tentou novamente impor a censura prévia, ainda que circunscrita «à imprensa de Lisboa»” (Matos & Moreira, 2022, p. 258), o que motivou imediata e firme oposição de vários jornais.

Os anos seguintes ao fim da I Guerra foram, com efeito, marcados por perseguições várias, destruição de sedes de jornais e ameaças aos diretores de jornais. Embora não existisse no plano formal qualquer tipo de lei censória, o certo é que as restrições à liberdade de imprensa, ou o ataque à sua prática, era exercida de forma informal, arbitrária e quase sempre impunemente. Matos & Moreira (2022) recordam a este respeito o texto de Trindade Coelho no diário republicano, *A manhã*, de 29 de abril de 1922, onde descreve precisamente esse ambiente de total arbítrio por parte das autoridades, sobre a imprensa. Dizia ele que, fruto de um ambiente hostil, os jornais eram “vítimas de apreensão, censura prévia e impunidade de desmandos” (2022, p. 265).

Mesmo assim, a criação de novos títulos, como o encerramento de muitos outros, sucedem-se quase ao ritmo da formação e demissão dos governos durante os anos da I República. À época publicavam-se “39 diários em Portugal, e nesse ano [1921] hão de aparecer 21 e morrer 17” (Lobo, 2021, p. 12).

Em 1925, também em abril, entre os dias 19 e 23, o *Diário de Lisboa* e *O Século* são proibidos de circular, na sequência do golpe militar de 18 de abril. Na edição dessa tarde, o *DL* vê a sua primeira página

“fortemente mutilada” (Matos & Moreira, 2022, p. 265), atuação censória de que não foi vítima isolada, apesar de ele próprio se considerar um jornal “moderado” (Lobo, 2021, p. 12), especialmente quando comparado com os órgãos politicamente mais ativos e declaradamente hostis ao governo.

Neste contexto de indisfarçável turbulência e instabilidade política, as oito páginas que constituíam, então, a edição diária do *DL* vão primar pela ponderação. Porém, não recusa a ideia de que em certos momentos, como escreveu o seu diretor, Joaquim Manso, no editorial do primeiro número, ele possa ser visto como “revolucionário, porque, no seu incansável afã de sacrificar todos os interesses mesquinhos e erros criminosos às supremas aspirações de nacionalidades, algumas vezes, para falar a pura verdade, terá de ser violento, duro mesmo” (Lobo, 2021, p. 12).

Tais palavras haveriam, no entanto, de agradar ao então presidente da república, António José Almeida, para quem o esforço jornalístico do *DL* “será sempre bem vindo porque representa o Patriotismo em ação e a República em marcha” (Tengarrinha, 2006, p. 211).

“O seu assumido republicanismo”, assinala Tengarrinha (2006, p. 211), não inibiria, contudo, o jornal de periodicamente dar amplo destaque às mais diversas atividades religiosas — faria, de resto a apologia das aparições de Fátima — em linha com o pensamento oficial da igreja. Tal posicionamento editorial não era estranho ao facto de Joaquim Manso, “ex-padre, sendo republicano se manter católico, nunca tendo quebrado a amizade com o Cardeal Cerejeira, símbolo da Igreja apoiante de Salazar” (Tengarrinha, 2006, p. 211).

Tais aspetos não cavariam, contudo, qualquer tipo de desconfiança ou desmerecimento, junto dos seus leitores. O ecletismo, a qualidade jornalística e a sua independência política contribuem, decisivamente, para a afirmação pública do *DL*, resultado do “espírito novo, aberto e tolerante que introduziu no jornalismo português”, em nítido contraste com “a imprensa do seu tempo” (Tengarrinha, 2006, p. 211).

António Ferro, que posteriormente será uma figura central do regime, colabora no *DL* desde o primeiro número, assim como outros figuras ideologicamente diversas, como Almada Negreiros, Aquilino Ribeiro, Artur Portela e Norberto Lopes, que sucederia a Joaquim Manso na direção, após o seu falecimento, em setembro de 1956.

Daí que se encontrem nas suas páginas, fruto da referida abertura e pluralidade de pensamento, “diversas linhas, desde a republicana-socializante, quase jacobina, até á expetativa favorável com que acolheu o 28 de maio, embora mantendo sempre face ao Estado Novo uma atitude independente e descomprometida, exceto na política colonial, que normalmente apoiava (a que não será estranha a [sua] ligação ao Banco Nacional Ultramarino” (Tengarrinha, 2006, p. 211).

Esta posição vai igualmente refletir-se na sua edição mensal que lança em maio de 1933, embora talvez por apenas ter publicado quatro números e em todos eles ser muito visível e explícita a sua colagem noticiosa e elogiosa para com a ação governamental, o *DL mensal* surja aos olhos do observador atual mais como um jornal identificado com a política oficial do regime, do que equidistante deste.

Jornal mais doutrinário que informativo

Do ponto de vista da estruturação do jornal, as quatro edições do *DL mensal* — que o jornal identificava como “Índice das divisões do *Diário de Lisboa mensal* — apresentaram-se com a seguinte classificação temática:

- I — Ciências sociais e políticas. Direito.
- II — Comércio, Indústria, Tecnologia, Agricultura.
- III — Ciências.
- IV — História e Geografia.
- V — Letras.
- VI — Arte.
- VII — Vida social

Procurava-se, assim, com este olhar abrangente sobre a vida política, cultural e social responder aos propósitos anunciados no primeiro número, quando no editorial se escrevia que esta publicação mensal visava colmatar uma lacuna criada pela perda de “contacto com o seu mundo exterior” porque as pessoas “o restringem a um âmbito cada vez mais confinado” (DL mensal, 1933, nº1, p.1).

A tipologia com que se apresentava aos leitores, de pendor mais académico do que jornalístico, prenunciava o perfil marcadamente teórico e doutrinário do jornal (Fig. 2), embora coubesse dentro da sua divisão temática a cobertura dos principais atos oficiais do regime.

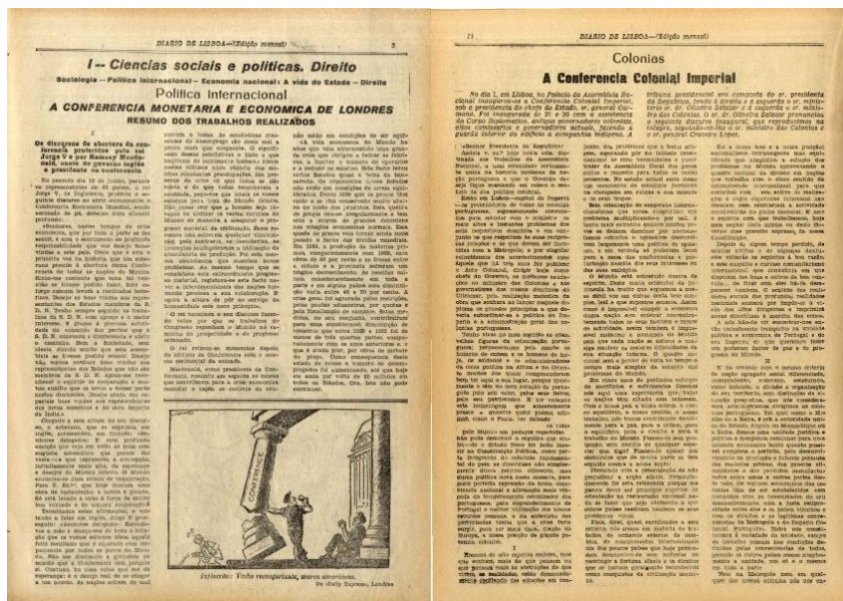
Estes, sendo de cariz político, foram sempre inseridos no tópico I (Ciências sociais e políticas. Direito), sob o subtítulo, “A vida do Estado”.

O jornal dedicou sempre ampla atenção — entre 3 e 8 páginas, consoante as edições — às questões relacionadas com a temática das ciências sociais e políticas, através de textos eminentemente académicos, cuja compreensão, em função da respetiva linguagem e densidade teórica, apenas interessaria e seria acessível a um público minoritário e intelectualizado, num país que no início da década de 1930, de acordo com um estudo de Sampaio da Nóvoa (2005) registava uma taxa de analfabetismo⁷ superior a 60%:

(...) Foi no século XIII que, nas regiões economicamente mais activas, como a Itália e os Países Baixos, o Capitalismo começou a exercer influência na indústria, podendo afirmar-se que o capital, na verdadeira acepção da palavra, nasceu no dia em que a riqueza mobiliária se desenvolveu, sob a forma de espécies amoadadas, sendo as formas do Capitalismo comercial e do Capitalismo financeiro as que primeiro se esboçaram (DL mensal, 1933, nº1, p. 3).

⁷ Segundo dados oficiais, em 1930 a taxa de analfabetismo em Portugal era a maior entre os países do sul da Europa. Tendência que se manteria nas décadas seguintes, de acordo com as estatísticas da UNESCO.

Fig. 2 Textos extensos, baseados com frequência na transcrição integral de conferências



Fonte: acervo on-line da Hemeroteca Municipal de Lisboa

A regra era as secções serem preenchidas, como é caso do fragmento citado, por textos de conferências especializadas, como esta que foi proferida por Bento Cerqueira, no Instituto de Altos Estudos da Academia de Ciências de Lisboa. Esta tendência para a transcrição de conferências ou discursos de altos dirigentes abrangia também as questões de política internacional, de que a publicação integral das intervenções do rei inglês Jorge V e do seu chefe de governo, Ramsay Macdonald, na conferência monetária e económica de Londres (DL mensal, 1933, nº 4, pp. 3-4) é ilustrativa.

O mesmo se dirá relativamente à secção “Ciências” — centrada nas áreas da matemáticas, físico-química e medicina e que no nº3 apresenta um texto denso intitulado “História da Física médica em Portugal” (p. 3), que corresponde à transcrição de um trecho de mais uma conferência, e no nº1 atribui cerca de quatro páginas ao “Congresso de anatomia” (pp. 12-15), enquanto o nº2 (pp. 12-14) dedica o respetivo espaço a falar sobre Botânica e sobre fotossíntese:

(...)Adorar o Sol! Como se nas eras do obscurantismo pagão se palpitam a influência avassaladora das ondulações da energia radiante solar no mais importante de todos os fenómenos fisiológicos — a fotossíntese.

(...) Platão e os estoicos, Aristóteles e os peripatéticos edificaram sobre ela teorias especulativas, espirituais e metafísicas, que reinaram com favor até ao século XVII, onde os formidáveis nomes de Newton e Huygens brilham com grande intensidade e fulgor. — Mas a teoria corpuscular da missão da luz, criada por Newton, teve que ser substituída pela teoria das ondulações de Fresnel, apontada já por Thomas Young, e até em 1865 Maxwell deu à questão um aspecto novo, criando a teoria electro-magnética da luz (DL mensal, 1933, nº2, p. 13).

Tendência semelhante se observa no espaço dedicado ao “comércio, indústria, tecnologia e agricultura”. A dimensão académica e técnica na abordagem e desenvolvimento dos temas, de ordem muito mais doutrinária, histórica e concetual que informativa, constitui, de facto, uma característica do mensário:

(...) É verdade que os tratados de comércio correspondem a uma lenta evolução de actos unilaterais que, na Idade Média, os soberanos e outras entidades praticavam com o fim de promover as relações com o estrangeiro, concedendo privilégios aos «mercadores» dos outros países (DL mensal, 1933, nº2, p. 10).

(...) Os produtos da terra que então se vendiam para o exterior limitavam-se ao azeite, à cera, ao mel, ao vinho, às peles e à cortiça. Os produtos cerâmicos para construção e de cerâmica ordinária eram fabricados em Santarém, Évora, Beja, Lisboa e Viseu, embora por vezes sujeitos ao regime de monopólios locais, como por exemplo em Évora (DL mensal, 1933, nº3, p. 6).

(...) O primeiro vestígio das feiras em Portugal, aquela de que há notícia documentada, como refere o professor Amzalak, encontra-se no foral de Ponte de Lima em 1125, no qual «se estabelece uma multa de sessenta soldos a quem cause dano que de qualquer lugar concorram à feira, quer na vinda, quer no regresso» (DL mensal, 1933, nº4, p. 7).

Esta opção editorial por conteúdos predominantemente teóricos é, na verdade, transversal a todas as divisões temáticas do jornal, de que “Os nossos conhecimentos actuais sobre a flora briológica da Madeira (nº2, pp. 12-13), e o texto de página e meia dedicado ao “vestuário português na Idade Média” (nº3, pp.10-11) são outros dois exemplos:

Já na Idade Média se designava a matéria prima dos vários tecidos e espécies da sua urdidura, pelos nomes que permitiram, até nossos dias, como o algodão, a lã, o linho, a serapilheira, a seda, o veludo, o tafetá, a sarja, o fustão, etc.

Mas outras numerosas sortes de tecidos, eram características que hoje conhecemos imperfeitamente, quando não se conservam indefinidas (DL mensal, 1933, nº3, p. 10).

A flora briológica da Madeira passa por ser hoje uma das mais conhecidas. De facto, muitos naturalistas visitaram a formosa ilha e nela colheram musgos. É deveras interessante seguir as fases dessa exploração. (...) Podemos distinguir no estudo da flora briológica madeirense vários períodos. O primeiro, que vai até 1870, estende-se por espaço de um século e remonta a 1772, ano em que o botânico alemão Forster, passando pela Madeira, colheu um certo número de plantas e entre elas duas hepáticas: *Anthoceros punctatus* e *Aytonia rupestres* (DL mensal, 1933, nº2, p. 12).

Fig. 3: Duas das 4 pág. do destacável do nº1 do *DL mensal*, predominantemente dedicado a registar fotograficamente as principais ações oficiais do governo e do ditador Oliveira Salazar.



Fonte: acervo on-line da Hemeroteca Municipal de Lisboa

A par da divisão temática referida, o mensário apresenta ainda nas suas quatro edições, entre as páginas 16 e 17, quatro páginas não numeradas de um destacável gráfico constituído exclusivamente por imagens acompanhadas por curtas legendas, impressas num papel mais brilhante e de maior gramagem. O objetivo é mostrar fotograficamente o que de mais relevante aconteceu na agenda nacional do regime, sob as designações de "O mês artístico" ou "Vida social", embora o maior espaço e protagonismo seja sempre dado ao "Mês gráfico nacional", dedicado a enfatizar momentos relevantes da vida do governo ou dos seus principais representantes, com especial destaque para a ação de Salazar. Em todos os números são mostradas várias fotos do ditador, evidenciando o seu protagonismo em ocasiões diferentes, assim como imagens ilustrativas da ação colonial do país (Fig. 3).

Estas quatro páginas revelam a ideia — a confirmar com a leitura de outros dos seus espaços editoriais — de um jornal identificado com a política oficial. A única exceção é "O mês no estrangeiro", que na última das quatro páginas do nº1 do referido destacável lança um breve olhar sobre acontecimentos na Alemanha — com uma foto de dois jovens hitlerianos acompanhada de uma legenda referindo o "seu traje rático" —, em Madrid, Paris e Londres. Nos três números subsequentes, as páginas do respetivo destacável centraram-se exclusivamente em assuntos nacionais, o que significa que "O mês no estrangeiro" não voltou a repetir-se.

As duas últimas páginas do jornal constituíam o espaço privilegiado para as caricaturas, que tinham, de resto, designações específicas: "A caricatura em Portugal" e "A caricatura no estrangeiro". Porém, em todos os números do mensário encontramos um apreciável número de desenhos e cartoons dispersos pelas suas

mais variadas páginas — muitas vezes sem qualquer conexão com os respetivos temas — dedicados a atacar e a denunciar o caráter expansionista e o caráter racista do nazismo crescente.

Contra o nazismo emergente

O primeiro número do *DL mensal* olha para o que de mais relevante se passou em abril desse ano de 1933. Inevitavelmente, o destaque é a nova Constituição, a nova lei da censura e praticamente sete páginas sobre “a XXII reunião do Instituto Colonial Internacional” (pp. 15-21), das quais cinco páginas (17-21) foram inteiramente dedicadas a “O discurso do sr. Ministro das Colónias”, Armando Monteiro, cuja intervenção foi publicada na íntegra.

Sendo este o tema de maior extensão no jornal, não deixa de ser curioso observar que ao longo das suas páginas e sem qualquer conexão com o tema em causa, esta edição insira quatro cartoons, de jornais estrangeiros (Polónia, EUA, URSS e Alemanha) criticando de forma veemente Hitler, Mussolini e o nazismo. A crescente afirmação, na Alemanha, do partido nazi constitui, aliás, um dos focos do jornal, através do recurso a caricaturas que ridicularizavam ou criticavam vivamente essa corrente de pensamento. Inclusivamente, chega a publicar um *cartoon* bastante cáustico, em que critica a passividade da Sociedade das Nações perante a visível ameaça nazi (DL mensal, 1933, nº2, p. 11).

Fig. 4 Cartoon caricaturando Hitler e Mussolini, numa página inteiramente dedicada ao discurso do ministro português das colónias.



Fonte: acervo on-line da Hemeroteca Municipal de Lisboa

Em todos os quatro números proliferam imagens denunciando o racismo, o antissemitismo, o desejo expansionista e o sentido de violência de Hitler e do nazismo. Desenhos intitulados “O judeu será crucificado” e “O judeu na cruz” (nº1, p. 5), ou cartoons como “No paraíso fascista de Adão e Eva” (nº1, p. 17), onde Hitler e Mussolini dividem o globo terrestre (Fig. 4); ou ainda um outro onde, sob a ameaça de uma pistola, um soldado nazi obriga um civil, diante de um microfone, a exclamar: “diz ao mundo que te escuta como são gentis contigo!” (nº1, p. 18), pontuam todo o primeiro dos quatro números do *DL mensal*.

Nas edições seguintes as imagens denunciando a violência nazi prosseguem. Um cartoon em que a cruz suástica é utilizada para enforcar pessoas (nº2, p. 15), ou um outro em que a imagem de três homens é estilizada de modo a que os movimentos dos braços com o tronco e as pernas forme uma suástica — “Ainda a ginástica hitleriana” (nº3, p. 19) — até à clássica caricatura em que um cliente, ao balcão de uma loja, pede “camisas como usam os nazis”, ao que o empregado responde: “já sei, quer camisas de onze varas...” (nº4, p. 8), em todas as edições do *DL mensal* são publicadas imagens e mensagens — “ao povo alemão (os conselhos fascistas) aperte a garganta ou por outra: enforque-se!” (nº4, p. 5) — muito críticas e acusadoras da violência e do racismo nazi.

Os desenhos e os cartoons foram os elementos mais visíveis e expressivos dos ataques do jornal ao nazismo e ao fascismo italiano, uma vez que no espaço dedicado aos escassos textos sobre política internacional, esta tanto olhava para os perigos que emergiam na Alemanha (nº1, p.5; nº2, p.6), como para as dívidas de guerra da Inglaterra aos EUA (nº3, p. 3) ou ainda para os contornos da Conferência Económica Mundial (nº4, pp. 3-4).

Este convénio constitui, aliás, o tema principal da política internacional do nº4 do jornal, que dedica as páginas 3 e 4 à conferência monetária e económica de Londres, dando amplo destaque aos discursos de abertura, proferidos pelo rei Jorge V de Inglaterra e pelo seu chefe de governo, Ramsey Macdonald, a que se segue um resumo dos trabalhos da reunião.

As questões económicas são, aliás, dominantes na política internacional dos números 3 e 4 do mensário que, mesmo com curtas referências, mantém presente o poderio fascista e o frágil sentimento de segurança na Europa:

(...) O pacto das quatro potências foi assinado no dia 7 em Roma por Mussolini e pelos embaixadores da França, Inglaterra e da Alemanha naquela capital. Como Mussolini, no acto da assinatura, se tivesse referido com elogio à França, foi esta ovacionadíssima. Considera-se, assim, desaparecido o mal entendido que existia entre esta e a Itália, o que vem trazer confiança de que parece trabalhar-se a favor da paz na Europa (DL mensal, 1933, nº3, p. 3).

O maior ataque ao nazismo verifica-se no nº1 do *DL mensal*, cujo texto começa assim:

O que sobrenadou do mês de abril internacional foi a guerra aos judeus na Alemanha, que deu lugar a muitos assassinatos, perseguições a que o famoso Einstein fosse professorar para França, a tanta cousa contra o pensar das gentes de hoje que mais se diria termos voltado ao tempo medieval. O gesto infeliz da Alemanha deu lugar a represálias económicas da Inglaterra, país de liberdades e da América, país de negócios (DL mensal, 1933, nº1, p. 5).

No nº2, as críticas e acusações prosseguem:

(...)As ameaças ainda não desapareceram. Mussolini continua a querer o domínio do mundo e Hitler a querer que a Alemanha seja imperial e dominadora. Os judeus continuam a ser escorraçados, e os jovens hitleristas queimam livros, como se isso obstasse a que as ideias continuassem a sua marcha (DL mensal, 1933, nº2, p. 6).

Elogios ao regime e a Salazar

Não passariam, no entanto, de pequenas ilhas essas críticas num jornal atento a todos os atos oficiais e, por isso mesmo, disponível para albergar nas suas páginas todas as declarações das figuras cimeiras do regime, com especial destaque para o seu líder, Salazar:

(...) Eu não tenho, porém, hoje, senão um dever — alegrar-me com todos os que se alegram, apesar de não ser susceptível de entusiasmo exuberante, por temperamento e pela convicção de que as coisas não acontecem por acaso, mas porque se preparam e porque se merecem.

E é este o caso. Começam chegando ao Tejo ou vão sendo construídos nele os barcos da nova esquadra: é a realização do que muitos julgavam um sonho e tantos uma impossibilidade (DL mensal, 1933, nº1, p. 10).

As declarações do Presidente do Conselho e todo-poderoso chefe do governo português tiveram lugar numa cerimónia oficial da marinha, a bordo de um navio fundeado no Tejo, em frente ao Terreiro do Paço, em Lisboa. O seu discurso, como sempre sucedeu, foi publicado na íntegra, ampliando, assim, o jornal a dimensão ideológica do regime:

(...) Sob a bandeira de Portugal, vai o pequeno barco cruzar os mares distantes, visitar os longínquos países, os portugueses espalhados por todas as partes do mundo. Não há, senhores oficiais e valentes marinheiros, que esconder a face, mas que erguer altivamente o rosto: é uma Pátria renascida que vós representais, cercada do prestígio que lhe grangearam o seu esforço próprio e os processos de governo. E já me não custa agora a mim falar na alta estirpe dos marinheiros portugueses porque sinto forte os vossos ombros para levar a sua pesada herança.

Senhor ministro: cumprimento em V^a Ex^a a Marinha de Guerra, e permito-me saudar no comandante deste barco essa futura esquadra portuguesa — uma esquadra nova que seja uma nova esquadra (Marinha de guerra portuguesa, DL mensal, 1933, nº1, p. 10).

Na página 6, sob o título "Economia nacional: a vida do Estado", que em subtítulo especifica os tópicos que vai abordar — "política interna, Governo e administração pública e civil. Funcionalismo" — o mensário começa por fazer uma síntese enquadradora:

o mês político foi sem dúvida um dos mais importantes da vida do Estado. Votou-se a constituição, promulgaram-se importantes decretos, fizeram-se discursos contendo afirmações peremptórias de orientação política. O primeiro navio da nossa moderna esquadra entrou no Tejo entre aclamações festivas, regressa ouro aos cofres do banco de

Portugal (...) Estão coordenadas, por coesão perfeita, as directrizes da política encetada com a ditadura entrada agora em regime constitucional (DL mensal, 1933, nº1, p. 6).

Esta reiterada identificação com a nova ordem política, que os números seguintes igualmente consubstanciariam — “não houve greves e em todo o país tudo decorreu em sossego”, nota oficial publicada na íntegra, a propósito do 1º maio (DL mensal, 1933, nº2, p. 4) — é uma marca deste mensário, numa atitude que à época, não obstante já haver imprensa clandestina,⁸ a maioria dos jornais assumia sem problema, ao olhar com notória expectativa para o emergente Estado Novo liderado por Salazar.

O primeiro número do mensário atribui, assim, generoso espaço e destaque à promulgação da nova Constituição e ao novo elenco governativo liderado por Salazar (pp. 6-7), sem esquecer de sublinhar os cinco anos que, em abril, ele tinha completado como governante. Este é, na verdade, o grande tema da secção “A vida do Estado”, embora a ação política do regime apareça igualmente desenvolvida na página 10, através do artigo anteriormente referido, sobre a “Marinha de guerra portuguesa”, em que o jornal publica na íntegra a intervenção de Salazar. Entre as páginas 15 e 21 da mesma edição, o mensário foca-se na XXII reunião do Instituto Colonial Internacional, entidade que o jornal explica que “goza dum prestígio e ocupa uma situação de superior independência, que lhe permite apreciar com imparcialidade e elevado critério científico os assuntos que interessam à colonização” (p.15).

Após um detalhado enquadramento sobre o encontro e apresentação dos seus principais participantes, o jornal publica na íntegra a intervenção inaugural da reunião, proferida pelo conde de Penha Garcia, na qual é feito o elogio da ação colonial portuguesa, cuja política, sublinhou no seu discurso, “o sentimento da unidade nacional é tão vivaz em Portugal como nas colónias” (p.16).

Mais adiante, as páginas 17 a 21 são preenchidas com o discurso integral do ministro das colónias, Armindo Monteiro, cuja extensa intervenção, na mesma Reunião, serviu para fazer o elogio e apologia da política ultramarina e a sua pacífica aceitação por parte dos povos indígenas:

(...) E consintam que reivindique para o meu país um lugar de relevo entre os que mais intensamente se têm dedicado à tarefa de abrir na selva os caminhos da civilização. (...) O colono português tem a intuição profunda dos bons métodos da política indígena. Sem violência sabe fazer-se obedecer. Sem rigor consegue a disciplina no trabalho. Como ministro atravessei as colónias portuguesas da África de ponta a ponta; penetrei sozinho em multidões profundas; misturei-me algumas vezes com a turba negra, sem defesa. Sempre me vi acolhido pelo clamor alegre do gentio, sempre as suas manifestações de amizade me mostravam que a autoridade que eu representava era olhada com respeito, isento de todo o terror, considerado como a protecção de que se necessita e que se deseja (O discurso do sr. ministro das colónias, DL mensal, 1933, nº1, pp. 20-21).

⁸ Em 1931 o Partido Comunista Português lançara o *Avante!*, jornal clandestino, que veio substituir o *Proletário* (1929-1930), que a ditadura militar perseguiu e acabou por suspender. Em julho de 1933 vai surgir *A Verdade*, jornal republicano de oposição ao regime e também clandestino. Em abril de 1934 teria início a 3ª série do jornal *A Batalha*, fundado em 1919, órgão da Confederação Geral do Trabalho, de inspiração anarcosindicalista. Antes, em maio de 1927, as suas instalações foram destruídas pela polícia, o que obrigou o jornal à clandestinidade e a suspender a atividade. No período da ditadura militar, jornais como *O Pelourinho*, *A Revolta* e *O Libelo*, fundados entre 1926 e 1927, são as principais vozes da oposição.

"A vida do Estado" (p.6) no nº2 do mensário começa com um breve texto sobre "As comemorações do 28 de Maio" (ao qual nos referiremos mais adiante), cabendo ao espaço designado por "A defesa nacional" (pp. 8-9) mais um exemplo da narrativa apologética da governação de Salazar, cujo discurso, além de transcrito na íntegra, é desde logo assim apresentado: "o chefe do governo respondeu com um discurso de grande sentido político que passamos a transcrever" (p.9).

A resposta em causa, era a réplica de Salazar à intervenção laudatória feita por um porta-voz dos operários da Sociedade de Construções Navais, a propósito do início da construção do contra-torpedeiro "Dão", cujas palavras são recuperadas pelo jornal:

(...) É que não sabemos testemunhar doutra forma a admiração que nos tem merecido a obra de V^a Ex^a e quanto lhe deve a indústria de que somos obreiros. O coração dos operários também sente, também pulsa como o de todos os portugueses bons e conscientes que só têm em mira o ressurgimento da nação. E para que nele se consiga totalmente é preciso estarmos ao lado de V^a Ex^a. Nós estamos. Viva a República! Viva do dr. Oliveira Salazar! (A defesa nacional, DL mensal, 1933, nº2, p. 9).

Seguidamente, o jornal publica na íntegra o discurso de Salazar, que quase a terminar deixa a seguinte mensagem, ilustrativa da permanente forma de pensar o Portugal remediado que ele sempre defendeu durante a sua governação ditatorial de mais de três décadas⁹:

(...) Eu que sou filho do povo, nascido na aldeia e costumado a lidar de perto com os que trabalham, agradeço-vos as palavras rudes mas sinceras que me dirigistes. Trabalhai, operários, e lembrai-vos de que enquanto vós desenvolveis aqui a vossa actividade em prol da Pátria, eu vou reunindo no ministério das Finanças o dinheiro que é para o vosso pão e para o ressurgimento da Armada Nacional (DL mensal, 1933, nº2, p. 9).

O número seguinte do mensário prossegue nos elogios à política do regime. No texto de abertura à "Vida do Estado" (nº3, p. 4) pode ler-se: "De novo e interessante o Orçamento geral do Estado, com um relatório do sr. dr. Oliveira Salazar, em que o nosso problema económico se estuda com a conhecida proficiência do seu autor" (p. 4). A frase seguinte do mesmo texto enaltece as contas públicas positivas e a redução da contribuição predial. E quanto à atividade política, digamos assim, praticamente mais nada a assinalar, exceto os dois curtos textos inseridos sob o título "A defesa nacional" (p.5):

(...) Quando das suas primeiras experiências espalharam-se em Lisboa notícias tendenciosas e menos verdadeiras, chegando o absurdo de ignorância, ou antes, de má fé, ao ponto de se dizer que uma das caldeiras tinha rebentado!

Uma oportuna nota oficiosa desmentiu a atoarda e a recente vinda a Lisboa do sr. capitão de fragata, Carvalho Crato, deu lugar a que se completasse numa entrevista do <<Diário de Notícias>> a destruição de tão condenável balela (DL mensal, 1933, nº3, p. 5).

⁹ Sequelas de uma queda, a 3 de agosto de 1968, levaram à hospitalização de Salazar, um mês depois, e à sua posterior substituição no cargo, a 27 de setembro, por Marcelo Caetano. Até à morte, Salazar continuou, no entanto, a residir no Palácio de S. Bento, sem que soubesse que já não era ele que governava.

Os alegados rumores e “balelas” referiam-se ao novo contra-torpedeiro — “Vouga” — construído nos estaleiros de Yarrow, em Glasgow, e que após a sua entrega à Armada portuguesa teria de imediato sofrido uma avaria. Além de assumir a visão oficial dos acontecimentos, que desmentiam tal facto, o jornal manifestou ainda a sua posição perante tais circunstâncias:

Parece-nos conveniente que cessem estas derrotistas campanhas surdas, que se desenham ao aproximar-se a chegada de cada um dos novos navios. Não é lógico que sejam os próprios portugueses a denegrir uma obra, que ao seu sacrifício é devida, porque se há realizações levadas a cabo à custa do esforço coletivo da Nação, esta é sem dúvida uma delas (DL mensal, 1933, nº3, p. 5).

O texto termina, após vários elogios à ação do ministro da marinha, com iguais palavras simpáticas para com o ministro da guerra, Luís Alberto Oliveira, a quem o mensário realça “a energia e o amor” (p.5) pelas coisas militares.

Finalmente, o nº 4 revela que a designada *silly season*, hoje tão em voga nas sociedades democráticas — apesar do conceito remontar à segunda metade do século XIX — já se verificava no regime ditatorial português, em 1933. A clássica secção “A vida do Estado” não surge nas páginas desta edição e o texto que sintetiza “O mês gráfico Nacional” não poderia ser mais eloquente:

O mês gráfico nacional nem por isso, nesta estação em que tudo se derrete com calor, teve um relevo notável. Faltaram-lhe os grandes acontecimentos, os acontecimentos que marcam, ficando apenas poeira, resquício, notas à margem. Todavia como migalhas também são pão, tomemos esses e esperemos pelos outros (DL mensal, 1933, nº4, páginas centrais do destacável).

Este fragmento consta do destacável de quatro páginas não numeradas que todas as edições inseriram e o qual servia, invariavelmente, para ilustrar fotograficamente os momentos mais marcantes da ação política do regime, em especial de Salazar. Se os textos revelavam uma identificação editorial com o regime nesta sua fase inicial, as fotos sublinhavam e projetavam ainda mais essa ideia, ao evocarem positivamente cada um desses momentos.

Secretário da ação do regime

Sobressai, por outro lado, o facto de a técnica jornalística utilizada na estruturação dos textos não seguir o princípio da *pirâmide invertida*. Isso significa que o jornal opta por seguir a cronologia dos acontecimentos e por destacar as principais figuras políticas e militares, dando-lhes o relevo e protagonismo que elas tinham no regime, em vez de tratar jornalisticamente (e nessa medida de forma interpretativa) o respetivo assunto ou o evento. Eis um exemplo ilustrativo do que afirmamos:

no dia 1, em Lisboa, no palácio da Assembleia Nacional, inaugurou-se a conferência colonial imperial, sob a presidência do chefe de Estado, sr. general Carmona. Foi inaugurada às 21

e 30 com a assistência do corpo diplomático, antigos governadores coloniais, altos comissários e governadores atuais, fazendo a guarda interior do edifício a companhia indígena (A Conferência Colonial Imperial, DL mensal, 1933, nº3, p. 14).

Seguidamente, o texto noticioso dava conta de quem mais estava presente na tribuna presidencial, a que se seguiu, na íntegra, a publicação do discurso de Salazar.

Este não é, todavia, um caso isolado. Muitos outros exemplos se encontram nessas edições — “A XXX Exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes” (nº 1, p. 28; “Os descobrimentos marítimos e os técnicos da navegação” (nº3, p. 13; “O primeiro centenário da Biblioteca Municipal do Pôrto” (nº4, p. 26) — onde o texto segue a ordem cronológica dos acontecimentos. Tal forma de escrever notícias que encontramos nestas edições inserem-se na chamada narrativa estenográfica e cronológica dos acontecimentos, segundo a tipologia proposta por Michael Schudson (1993) quando se refere à emergência das convenções noticiosas. Nestas, o investigador norte-americano enfatiza o papel do “lead” como forma de interpretação jornalística do acontecimento, que emerge na cobertura da guerra da Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos e se afirma definitivamente a partir do final do século XIX. Na generalidade das notícias deste *DL mensal* a descrição cronológica é ainda o método dominante de construção narrativa da informação noticiosa, a qual, por nunca se descolar dos rituais celebrativos do regime acaba uma vez mais por colocar o jornal totalmente identificado, com o pensamento oficial dominante:

O dia 28 de maio foi festejado em todo o país. Em Lisboa realizou-se uma parada em que tomaram parte cerca de 10 mil homens, com um completo e magnífico material de guerra. Desfilaram na avenida da Liberdade ante o sr. Presidente da República, e mais elemento oficial, tendo voado três esquadrilhas de aviões realizando alguns exercícios de acrobacia. (...) Também na parada desfilou a 1ª companhia de Infantaria Indígena, chegada a 25 de Angola, que representava o Exército Colonial. (...) A parada militar, aparte todo o espírito político que sempre acompanha a comemoração destas datas deixou óptima impressão no público que muito aplaudiu. (...) Ela mostrou um exército apetrechado e dotado dos meios de defesa que dão orgulho à defesa de uma grande nação (DL mensal, 1933, nº2, p. 6).

Sobressai nesta notícia — “Comemorações do 28 de maio” — o modo inequívoco como o jornal estava, então, identificado com as políticas do Estado Novo. Depois dos elogios e de toda a atenção dada à exibição pública das forças do regime, a notícia termina com um curto parágrafo transcrito de uma nota oficial enviada à imprensa:

produziram-se acontecimentos insignificantes, o que motivou uma nota oficiosa: apupos e agressões a tiro em Ermesinde ao comboio que regressava de Braga com elementos nacionais-sindicalistas, o que se repetiu em Guimarães, Ponte de Lima, Amarante e Penafiel (DL mensal, 1933, nº2, p. 6).

O estilo formal de escrita, nada interpretativo e quase sempre subordinado aos discursos ou conferências em atos oficiais, confere ao *DL mensal*, através deste seu registo de atuação, um papel mais próximo com o de “secretário da ação do regime” — consubstanciado na atenção noticiosa dos atos oficiais e cujas posições enaltecia — do que com a função de “secretário do leitor” que anunciava no 1º número. Esta opção informativa tão colada à agenda política do regime e ao seu posicionamento ideológico, juntamente com a

dimensão teórica e histórica da publicação revelam que o mensário esteve longe de ser “a coisa notável” que igualmente se propunha: “se o público inteligente para quem ele é criado nos ajudar, a sua missão definir-se-á com precisão e ele virá a ser qualquer coisa de notável” (DL mensal, 1933, nº1, p. 1).

Cansativo “secretário do leitor”

Não foi essa “coisa notável”, como se sabe, porquanto esta experiência durou apenas quatro meses e outros tantos números, sendo que no 4º número não se faz qualquer alusão ao fim desta edição mensal. Estranhamente, aliás, nem tão pouco as edições diárias foram aproveitadas para promover esta versão mensal do jornal — limitaram-se a inserir curtas notícias quando da publicação de cada número — da qual também não deram, posteriormente, a mínima nota ou explicação para o seu fim.

Não deixa de ser curioso, por outro lado, que o *DL mensal* justamente porque a sua intenção era dar o que considerava de mais relevante que sucedera e fora publicado, apresentasse textos originariamente dados à estampa em jornais concorrentes. O extenso texto sobre “o 1º de maio e a produção” (DL mensal, 1933, nº2, pp. 3-4), que Ramada Curto publicara a 1 de maio do *Diário de Notícias*, é um desses exemplos, como também o é, entre outros, o texto intitulado, “O romance, a ficção e a verdade” (DL mensal, 1933, nº2, pp. 24-25), no qual o seu autor, Frederic Boutet, discorre sobre a verdade na obra literária — texto de perfil ensaísta que fora já publicado no jornal *Primeiro de Janeiro*, do Porto.

Estas mesmas edições contêm, evidentemente, pequenas notícias sobre assuntos mais triviais, como nudismo, futebol e até gastronomia. Todavia, foi sempre muito escasso e pobre o noticiário sobre o estrangeiro, exceção feita, como já se disse, à questão nazi e à Conferência Monetária e Económica de Londres. O que contraria o sentido da curta notícia da edição diária do *DL* de 14 de agosto quando, ao noticiar a publicação do nº4 do *DL mensal*, escreve: “num elegante volume de 32 páginas, que é perfeito na apresentação e na seleção dos assuntos. (...) DL mensal dá-nos a fisionomia do mundo em todos os seus aspectos (DL, 14 agosto, p. 4).

A par da transcrição e análise crítica do texto das notícias que fomos fazendo ao longo do artigo, de forma a ficar evidente o destaque e a proeminência das matérias relativas às políticas e ação do regime, importa acrescentar os dados quantitativos da pesquisa efetuada nos únicos quatro números publicados:

A) Posicionamento do jornal face ao regime:

Destacáveis (páginas centrais) de quatro páginas dos quatro números: apologia permanente ao regime;

Secção: A vida do Estado (noticiário relacionado com ação do governo):

Nº1: Cinco páginas e meia

Nº 2: Três páginas e 1/4

Nº 3: Duas páginas

Nº4: Zero páginas (o jornal justifica a ausência de noticiário sobre a ação governativa por ser mês de férias de verão, período em que a atividade política escasseia).

Colónias – política colonial:

Nº1: Seis páginas, inserindo na íntegra o discurso do ministro das Colónias, e manifestando apreço e apoio pela política colonial portuguesa.

Nº3: Seis páginas

Resultados: publicação integral de discursos (de Salazar, do ministro das colónias e de outros dirigentes do regime) e colagem sistemática à ação do governo, cuja proeminência está evidente nos títulos e/ou nos parágrafos iniciais de cada notícia (Van Dijk, 2005, 2011), cujos textos são a citação integral das intervenções dos dirigentes do regime; o seu posicionamento editorial é ainda reforçado através das imagens fotográficas inseridas nos destacáveis de cada um dos quatro números.

B) Noticiário Internacional:

Número total de cartoons sobre política internacional: 38

Número total de cartoons de crítica direta e explícita ao nazismo: 25

Número de cartoons neutros relativamente ao nazismo: 0

Nº1: Uma página, em que a crítica direta e explícita ao emergente regime nazi é evidente: “o que sobrenadou do mês de abril internacional foi a guerra aos judeus na Alemanha, que deu lugar a que o famoso Einstein fosse professorar para França, a tanta cousa contra o pensar das gentes de hoje que mais se diria termos voltado ao tempo medieval. O gesto infeliz da Alemanha deu lugar a represálias económicas da Inglaterra, país de liberdades e da América, país de negócios” (*DL semanal*, nº1, p. 5).

Nº 2: ¼ de página, onde o ataque ao fascismo e nazismo permanecem evidentes: “A política internacional continua na mesma. As ameaças ainda não desapareceram. Mussolini continua a querer o domínio do mundo e Hitler a querer que a Alemanha seja imperial e dominadora. Os judeus continuam a ser escorraçados, e os jovens hitleristas queimam livros, como se isso obstasse a que as ideias continuassem a sua marcha” (*DL semanal*, nº2, p. 6).

Nº3: Uma página, em que o tema dominante é a Conferência Económica Mundial.

Nº 4: Três páginas e meia, em que o tema único é a Conferência Monetária e Económica de Londres.

Resultados: Conferência Económica e Monetária é o tema que mais espaço ocupa, e o nazismo/fascismo é o assunto acerca do qual o jornal assume de forma clara e frontal uma posição muito crítica, atitude que surge reforçada através da publicação de 25 cartoons ao longo das 4 edições do jornal, a maior parte deles em espaços editoriais alheios ao noticiário internacional.

Discussão dos resultados: Sendo um jornal mais doutrinário que informativo, como ficou claro através do mapeamento e descrição da sua estruturação editorial ou divisão por secções, o *DL mensal* revela ter sido, na sua curta existência de quatro edições, um órgão alinhado com as políticas do regime, incluindo a sua visão colonial. A presença da censura, bem evidente no aviso que cada uma das edições inseria, dando conta que o jornal se submetera ao obrigatório exame prévio, constituía um garrote à liberdade de escrita e, por conseguinte, à livre informação. Porém, essa limitação dizia, sobretudo, respeito ao que se podia publicar. A identificação do *DL mensal* com o Estado Novo sobressai no “como” as notícias sobre a ação do regime eram dadas e no modo cuidado como a proeminência e o destaque dessa mesma atividade estavam presentes nos respetivos conteúdos informativos.

O *DL mensal* acabou por se revelar, de resto, um repositório de acontecimentos oficiais, com muitos textos de índole académica e com uma evidente incapacidade de atração de leitores. É difícil entender, aliás, como é que um projeto editorial que se apresentou ao público como desejando ser o “secretário do leitor”, no sentido de o chamar a atenção para temas e assuntos relevantes que tenham acontecido e que lhe possam ter passado despercebidos, tenha acabado por se revelar uma publicação densa, cansativa e aborrecida de

ler. Ou seja, faltava-lhe tudo aquilo que prometia no número inaugural e que de forma mais veemente reiterava na edição diária do jornal de 12 de junho, data de publicação do nº2 do mensário, ao inserir uma curta notícia dizendo que “médicos, engenheiros, professores e advogados não se podem dispensar de lêr a edição mensal do *Diário de Lisboa*, que é um índice de cultura e civilização, indispensável em todas as bibliotecas” (DL, 1933, 12 de junho, p. 1).

Por outro lado, estes quatro números do *DL mensal* constituem uma mostra do que Tengarrinha observa nos jornais deste período inicial do Estado Novo, quando refere que era preocupação do regime a “formação de uma <<opinião pública>> que fosse o motor de um seu apoio ativo” muito semelhante “à dos estados autoritários da Europa desse tempo” (Tengarrinha, 2017, p. 385).

Na verdade, embora Salazar, ao invés das ditaduras da época, tenha revelado sempre um aristocrático distanciamento face às massas, o certo é que o regime deu “excepcional importância (...) à tentativa de legitimação através da <<opinião pública>>, que se dizia ser expressão do <<espírito nacional>>” (Tengarrinha, 2017, p. 385). É neste contexto, sustenta ainda Tengarrinha (2017), que têm falhado as análises acerca da relação entre a imprensa e o Estado Novo, que reduzem essa interação e relacionamento aos aspetos unicamente autoritários protagonizados pela censura. E têm falhado essas análises, porque “não valorizam, sobretudo numa ótica positiva, o seu objetivo de utilizar os media numa mais ampla estratégia de formação do <<espírito nacional>>, isto é, na tentativa totalizante de imposição de um projeto doutrinário para o conjunto da sociedade portuguesa” (Tengarrinha, 2017, pp. 385-386).

Os quatro números do *DL mensal* cumpriram esse papel, através do seu alinhamento com a visão do regime sobre a política colonial, ao mesmo tempo que elogiavam a ação de Salazar e davam amplo espaço e atenção aos principais eventos oficiais do governo, invariavelmente usando um tom positivo.

De referir, a terminar, que não obstante a sua identificação, nesta altura, com o regime, as páginas do *DL mensal* nunca deixaram de criticar as posições do nazismo emergente, num quadro histórico marcado pela afirmação exacerbada dos nacionalismos que à época caracterizavam a forma de atuação política e também a linha editorial de alguns jornais portugueses.

Financiamento

Este trabalho, realizado no âmbito de uma investigação feita durante o período sabático, é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00460/2020.

Agradecimentos

À Hemeroteca Municipal de Lisboa, pela autorização do uso das imagens dos exemplares do DL mensal de 1933, que ilustram o presente artigo.

Referências bibliográficas

- Barros, J. L. (2022). *Censura: a construção de uma arma política do Estado Novo*. Lisboa: Tinta da China.
- Cabrera, A. (2022). O jornalismo no Estado Novo: censura, propaganda e coação. Ana Cabrera e Helena Lima (Coord.), *Imprensa em Portugal: uma história*, pp. 271-312. Lisboa: ICNOVA.

- Carvalho, A. A. (2024). A censura prévia na ditadura de Salazar e Caetano: antecedentes, enquadramento jurídico-político, atuação e objetivos. Pedro Marques Gomes e Suzana Cavaco (Coord.), *Media e jornalismo em tempos de ditadura: Censura, repressão e resistência*, pp. 15-34. Lisboa: Âncora.
- Carvalho, A. A., & Cardoso, A. M. (1971). *Da liberdade de imprensa*. Lisboa: Meridiano.
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas: do ofício à profissão*. Lisboa: Caminho.
- Ferro, A. (1933). *Salazar: o homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Franco, G. (1993). *A censura à imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Lemos, M. M. (2006). *Jornais diários portugueses do século XX: Um dicionário*. Coimbra: Ariadne/CEIS20.
- Lobo, C. (2022). *O essencial sobre o Diário de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Matos, A. C., & Moreira, N. B. (2022). A imprensa periódica na I República portuguesa (1910-1926): novos contributos para a sua história. Ana Cabrera e Helena Lima (Coord.), *Imprensa em Portugal: uma história*, pp. 188-270. Lisboa: ICNOVA.
- Melo, D., & Dias, L. A. C. (2022). La censure de l'imprimé au Portugal sous Salazar: omniprésence, presque omnipotente. *Amnis: Revue d'études des sociétés et cultures contemporaines Europe-Amérique*, nº 21. <https://journals.openedition.org/amnis/7430>
- Nóvoa, A. S. (2005). *Evidentemente: Histórias da educação*. Porto: Asa.
- Pedro, E. R. (1997a). Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise crítica do discurso*, pp. 19-46. Lisboa: Caminho.
- Pedro, E. R. (1997b). O discurso dos e nos media. Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise crítica do discurso*, pp. 293-312. Lisboa: Caminho.
- Príncipe, C. (1979). *Os segredos da censura*. Lisboa: Caminho.
- Schudson, M. (1993). A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In Nelson Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, pp. 278-293. Lisboa: Vega.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Minerva.
- Tengarrinha, J. (2017). Breves considerações sobre o Estado Novo de Salazar e os média. José Luís Garcia, Tânia Alves & Yves Léonard (coord.), *Salazar: o Estado Novo e os média*, pp. 381-388. Lisboa: Edição 70.
- Van Dijk, T. A. (2011). Discourse and ideology. Teun A. Van Dijk (ed.), *Discourse studies: a multidisciplinary introduction*, pp. 379-407. London: Sage.

Van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, notícia, ideologia: estudos na análise crítica do discurso*. Porto: Campo das Letras.

Veríssimo, H. A. (2003). *Os jornalistas nos anos 30/40: Elite do Estado Novo*. Coimbra: Minerva.

Jornais

Diário de Lisboa mensal (1933). N.ºs 1 a 4 (maio-agosto).

Diário de Lisboa (edição diária) (1933), abril, maio, junho, julho, agosto e setembro.

Fontes Jurídicas

Constituição Portuguesa, abril 1933.

Decreto-Lei 22.469 de 11 de abril de 1933